

SAINSBURY E A TESE DA IMERSÃO LINGÜÍSTICA

Adriano Marques da Silva*

RESUMO:

No artigo *Understanding as immersion* R. M. Sainsbury apresenta alguns argumentos contra a tese de que os seres humanos possuem capacidades cognitivas que possam ser satisfatoriamente caracterizadas como conhecimento tácito de uma linguagem natural. Ou melhor, Sainsbury nega que exista algum critério não convencional que permita definir a relação entre os falantes e o sistema abstrato de regras que caracteriza sua língua materna. Segundo Sainsbury, o processo de imersão em uma comunidade linguística fornece todas as condições, necessárias e suficientes, para explicar o tipo de relação existente entre um falante individual e o sistema de regras de uma língua natural. Nesta comunicação visamos discutir os argumentos apresentados por Sainsbury e buscaremos mostrar que eles não estabelecem a tese da imersão linguística. Sugerimos que, embora não seja plausível definir o conhecimento linguístico como uma relação proposicional (i.e. uma relação entre falante e entidades abstratas que independem dos falantes), não se segue que não exista conhecimento da linguagem natural. Argumentamos que esse conhecimento pode ser definido, grosso modo, como uma propriedade, ou melhor, como conhecimento disposicional dos padrões de processamento de *inputs* linguísticos. Por fim, salientamos a importância do emprego de uma metalinguagem técnica para representar os fenômenos presentes no processamento linguístico.

Palavras-chave: Filosofia da Linguagem. Lógica. Cognição.

1 INTRODUÇÃO

Parece incontroverso que as pessoas usam sua língua materna em uma enorme variedade de contextos, seja para descrever objetos, relatarem eventos, escrever discursos, contar piadas etc. De um ponto de vista estrutural a língua natural, da qual os falantes fazem uso, constitui um sistema de símbolos cujos elementos são articulados por regras de combinação. Na linguística saussureana, nascida em meados do século XIX, essa idéia traduz-se na noção de que os elementos que compõem um sistema gramatical são articulados por regras fonológicas, morfológicas e sintáticas. A linguística chomskyana, por seu turno, postula

* Mestre em Filosofia pela UFRN. Doutorando do Programa Integrado de Doutorado em Filosofia UFRN-UFPB-UFPE. Natal, RN, Brasil. E-mail: adrymarques@gmail.com

que os seres humanos possuem uma faculdade da linguagem em virtude da qual os seres humanos internalizam as regras que regem o sistema gramatical de sua língua materna. Já na filosofia analítica de tradição lógico-formal, tradição predominante durante o início do século XX (composta por Frege, Russell etc.), admite-se que as linguagens artificiais, os sistemas lógicos, disciplinam nossas intuições lingüísticas, pois revelam a *forma lógica* encapsulada pela *forma gramatical* das sentenças presentes em linguagem natural.

Dado que as línguas naturais podem ser concebidas como sistemas abstratos, há um problema filosófico central cuja resolução é crucial para a inteligibilidade desses empreendimentos de formalização: qual a relação entre os falantes de uma língua materna e o sistema abstrato de sua língua? Essa relação é normalmente designada como *conhecimento da linguagem*, e o problema concernente a relação acima mencionada é conhecido como o *problema do conhecimento da linguagem*. De modo a tornar o problema mais claro, adotaremos a descrição adotada por Stich (1971), que divide esse macro-problema nos seguintes tópicos:

- (P1) O que os falantes sabem realmente? Ou melhor, qual a extensão do seu conhecimento lingüístico?
- (P2) Que tipo de relação é pressuposta pela noção de “conhecimento lingüístico”?
- (P3) Que tipo de conhecimento os falantes possuem?

De acordo com certa tradição, inspirada nos escritos do segundo Wittgenstein, o conhecimento de que dispõem os falantes, na verdade, é um ‘saber fazer’, ou melhor, uma forma de comportamento guiada em termos de regras convencionais advindas exclusivamente do comportamento social humano. Essa parece ser a origem de certa interpretação, predominante nos dias de hoje em Filosofia da Linguagem, segundo a qual muitos problemas semânticos acumulados pela filosofia analítica de tradição lógico-formal foram resolvidos ou mesmo dissolvidos com o advento da *virada pragmática* (Taylor, 1985), que teve início a partir da segunda metade do século XX. Com efeito, desde então tem havido uma perceptível transformação na filosofia analítica da linguagem, a saber: a perspectiva lógico-formal de análise da linguagem natural, baseada na análise dos conceitos de referência e verdade cede lugar ao estudo de fenômenos pragmáticos (como o estudo dos atos de fala ou implicatura conversacional).

No presente artigo analisaremos o artigo de R.M Sainsbury, *Understanding as immersion* (2006b), no qual o autor subscreve a perspectiva wittgensteiniana anteriormente

mencionada. Na seção 2, exporemos os principais argumentos contidos nesse artigo e tentaremos mostrar que, embora as críticas de Sainsbury sejam pertinentes e possam ser incorporadas como um contraponto à tendência anti-psicologista incorporada na tradição lógico-formal (dada à origem histórica do emprego da lógica-matemática para a fundamentação de ciências formais), a alternativa oferecida por Sainsbury não se sustenta a partir dos argumentos oferecidos por ele. Apresentamos então, na seção 3, uma alternativa não considerada por Sainsbury, mas que nos parece relevante, uma alternativa que fornece uma perspectiva de investigação a respeito do problema do conhecimento da linguagem. Nossa tese central é que o conhecimento da linguagem é, não uma relação entre falantes e um sistema abstrato externo, mas uma propriedade presente na mente dos falantes.

2 SAINSBURY E A TESE DA IMERSÃO LINGUÍSTICA

Sainsbury inicia o artigo definindo aquilo o que, no seu entender, constitui a tese segundo a qual os falantes possuem conhecimento linguístico, conhecimento de uma língua natural. Tal conhecimento consistiria no conhecimento das palavras pertencentes ao léxico de uma língua natural particular, L_i , e as regras de combinação que permitem a formação das sentenças S nessa língua específica. Ou seja, a extensão do conhecimento linguístico dos falantes (P1) abrangeria o conhecimento das entradas lexicais e as regras combinatórias que regem a formação e combinação das entradas lexicais. Ou seja, o tipo de conhecimento possuído pelos falantes (P3) consistiria em uma espécie de algoritmo combinatório aplicado a itens lexicais. Assim sendo, argumenta Sainsbury, a compreensão de um enunciado depende do conhecimento das palavras usadas na asserção e maneira como elas estão combinadas teríamos então, afirma Sainsbury, o seguinte esquema:

- (1) Se um falante X asserir U e através disso afirma a proposição p , temos:
 X sabe isso com base na compreensão das palavras contidas na asserção U e como elas estão combinadas sse X compreende U

Consideremos pois a seguinte situação: ao asserir a sentença ‘está muito quente hoje’, João pretende afirmar a proposição p . O próprio João compreende que está afirmando a proposição

p com base em sua compreensão das palavras contidas nessa sua asserção e em como elas estão combinadas. Logo, João compreende a asserção U. Conversamente, se João compreende a asserção U, então ele compreende as palavras que estão contidas na asserção (ou melhor as palavras que estão contidas na sentença que veicula a asserção U) e como elas estão combinadas.

Segundo Sainsbury, os proponentes de (2) supõe que o tipo de conhecimento (P3) de que os falantes dispõem é substancial, ou seja, os falantes têm acesso explícito à compreensão das palavras e têm consciência plena das regras combinatórias que garantem a formação das sentenças. Esse conhecimento consistiria em um repertório armazenado na memória dos falantes, acessado nos contextos de interação lingüística. Porém, afirma Sainsbury, a equivalência apresentada em (2) não pode ser satisfeita, ou seja, não há nenhuma relação entre a compreensão de uma asserção U e o conhecimento da linguagem (i.e o conhecimento das palavras e das regras combinatórias que as relacionam). Segundo Sainsbury não há, a rigor, conhecimento da linguagem e, assim sendo, não é possível relacionar a compreensão de uma asserção U a um conhecimento que o falante, supostamente, disporia. Na tentativa de refutar a tese (2), Sainsbury examina as conseqüências que seguem dela. Um dos elementos que comporiam o conhecimento da linguagem seria o conhecimento das palavras, do léxico. Como explicar o conhecimento lexical? Uma tentativa de explicação, argumenta Sainsbury, pode ser elaborada nos seguintes termos:

(2) X entende uma palavra P, sse x sabe o que P significa.

Sainsbury explica que a condição acima pressupõe um relação circular entre os conceitos ‘entender P’ e ‘saber o que P significa’. Caso admitíssemos (2), argumenta Sainsbury, a inteligibilidade de uma linguagem natural só seria acessível àqueles que, de antemão, já conhecessem o significado das palavras contidas nessa língua, o que não parece plausível. Com exceção de definições metalingüísticas (ex: ‘solteiro’ significa ‘não casado’), afirma Sainsbury, não é razoável supor que os falantes possuam conhecimento do significado das palavras. Além disso, podemos acrescentar, o conhecimento do significado de uma palavra P não é o homogêneo dentro de uma comunidade lingüística. O significado de uma palavra como ‘madressilva’, por exemplo, não é exatamente o mesmo para um botânico e para um vendedor de flores, ou melhor, ele não o significado desse item lexical não pode ser traduzido

em uma definição unívoca. Como então determinar que aspectos do significado de P são compartilhados pelos falantes?

A seguir, Sainsbury examina uma alternativa que os proponentes de (2) poderiam adotar, para contornar a circularidade:

(3) Se a palavra P expressa um conceito C, então:
X sabe que P é verdadeira/aplica-se apenas às coisas que ‘caem’ sob o conceito C sse X entende P.

Com esse esquema seria possível, a princípio, escapar do problema mencionado anteriormente, pois a inteligibilidade de uma língua natural não estaria condicionada ao conhecimento prévio do significado das palavras que compõem seu léxico, mas sim do ‘estoque’ de conceitos expressos nessa linguagem, ou melhor, do repertório de conceitos que podem ser designados pelas palavras dessa língua. Assim, João compreenderia o que a palavra inglesa ‘dog’ significa, não por que soubesse de antemão o significado desse item lexical, mas sim porque sabe que essa palavra designa o conceito CACHORRO¹. Logo, ele sabe que a palavra ‘cachorro’ aplica-se a tudo aquilo que, de alguma forma, instancia o conceito CACHORRO. Todavia, afirma Sainsbury, essa idéia está sujeita a críticas análogas as que foram lançadas contra (2). Quando afirmamos que João entende o significado da palavra ‘dog’ porque pode relacioná-la ao conceito CACHORRO, supomos que há uma regra de tradução entre a palavra e o conceito. Mas como seria possível ensinar a Junho, cuja língua nativa é o inglês, que a palavra “cachorro” designa o conceito CACHORRO caso ele não soubesse, de antemão, a correspondência entre essa palavra e o conceito correspondente?

Em suma, o ponto central das críticas de Sainsbury é que é ilegítimo postular um tipo de relação (P2) entre o conhecimento dos falantes e uma linguagem natural, como ocorre na tese (2). Segundo Sainsbury, admitida esse tese, é necessário admitir que existe uma relação homofônica entre os termos relacionados, como ocorre em (2) e (3).

Excluído o recurso ao conhecimento da linguagem, o problema a ser resolvido é: como compreendemos as palavras? Na segunda parte do artigo, Sainsbury apresenta a tese segundo a qual compreender uma palavra equivale a estar imerso na prática que autoriza seu uso, e que não é possível explicar o significado de itens linguísticos postulando mecanismos que estejam além dessas práticas. Sainsbury sustenta, mais especificamente, as seguintes

¹ Utilizamos aqui a formatação usualmente adotada para fazer menção a conceitos. Ver De Almeida (1999)

teses:

- (a) O processo de imersão é fonte de todo o ‘saber fazer’ linguístico;
- (b) Na língua de uma população, as palavras têm seus significados em virtude das práticas nas quais seus membros estão imersos;
- (c) As práticas sociais definem os usos possíveis da língua.

Ou seja, os indivíduos em uma comunidade linguística são capazes de utilizar sua língua materna porque todos são participantes de uma mesma prática social, uma vez que os significados convencionalmente atribuídos às palavras são os significados partilhados em práticas comuns, ou seja, a linguagem pública. Ora, argumenta Sainsbury, só é possível ter acesso a esses significados se os falantes encontram-se imersos naquelas práticas linguísticas e delas participam. A prática, por sua vez, envolveria quatro etapas básicas: batismo, isto é, o primeiro evento na prática e determinante da semântica das palavras; a iniciação, que é a introdução do novo falante na prática; a continuação ou transmissão da prática e decadência ou dispersão da prática e ingresso gradual do participante em outra prática. Ou seja, temos uma cadeia de transmissão e em nenhum elo dessa cadeia seria necessário pressupor, ou fazer apelo, à noção de conhecimento linguístico. A única capacidade requerida para a manutenção dessa cadeia é a capacidade de imitação dos indivíduos e a disseminação e perpetuação dos símbolos linguísticos da língua pública. Quanto à etapa de iniciação, Sainsbury afirma que as seguintes condições são necessárias e suficientes para estabelecê-la:

- Exposição a um ou mais usos corretos de uma palavra P em uma sentença S;
- Reconhecimento de que P é uma palavra;
- Compreensão das intenções comunicativas do falante ao usar a sentença S.

Ou seja, segundo Sainsbury, a exposição à linguagem dentro de um conjunto de práticas compartilhadas oferece condições necessárias à aquisição dessa língua. Em outras palavras, a aquisição da linguagem requer, fundamentalmente, imitação. A imitação, adverte Sainsbury, não é um processo de mimese do comportamento de outrem, mas supõe a capacidade associativa do falante, pois este deve ser capaz de relacionar uma ação particular a uma

intenção pretendida pelo interlocutor. Melhor dizendo, o falante deve ser capaz de entender as intenções comunicativas, referenciais etc. de seus pares. Esse mecanismo, de acordo do com Sainsbury, está na base da aprendizagem das palavras, nomes, verbos etc.

3 AVALIANDO A TESE DA IMERSÃO LINGUÍSTICA

Podemos dizer que o argumento oferecido por Sainsbury tem o formato de um *modus tollens*. Podemos ainda condensá-lo no seguinte esquema: as teses (2) e (3) decorrem da tese (1). No entanto, (2) e (3) são falsas. Logo, (1) é falso.

Quer nos parecer que o passo problemático desse argumento consiste na má caracterização da tese central (1). Ao especificar o tipo de conhecimento (P3) que os proponentes dessa tese atribuíram aos falantes, Sainsbury afirma que esse conhecimento seria pleno, explícito e perfeitamente acessível à memória dos falantes. Mas será razoável definir o conhecimento da linguagem nesses termos? Ou antes, essa caracterização faz jus uma tese robusta sobre o conhecimento linguístico? Certamente não. Se esse é o caso, podemos oferecer uma versão alternativa da tese (1), ou melhor, podemos mantê-la, desde que modifiquemos algumas especificações, como o tipo de conhecimento que caracteriza o conhecimento linguístico. Ao fazê-lo resolvemos, ou melhor, dissolvemos o problema da relação entre falantes individuais e sistemas abstratos (P2). Ao fazê-lo, não precisaremos adotar as teses (2) e (3) e, dessa maneira, ‘imunizamos’ a tese central (1) das críticas propostas por Sainsbury. Vejamos.

Em primeiro lugar, a tese de que o tipo de conhecimento de uma língua natural é totalmente explícito não se sustenta, não resiste nem ao exame de nossas intuições linguísticas, nem ao confronto com estudos empíricos. Como argumenta Smith (2006), o conhecimento de uma língua natural envolve várias operações complexas, como o reconhecimento de quais sequências de fonemas são palavras, uma tarefa cuja complexidade é muito alta, mas que ocorre espontaneamente. Além disso, o conhecimento da língua permite-nos ouvir e interpretar sequências de sons como sentenças significativas de forma automática, permite-nos reconhecer quais construções sintáticas são gramaticais sem custo etc. Essas habilidades não exigem do falante uma capacidade introspectiva excepcional nem dependem de que ele seja capaz de explicá-las, mas são operações que se dão em um átimo, em milésimos de segundos. Parece claro que esse tipo de conhecimento, ao contrário do que

afirma Sainsbury, não é representacional. Podemos fazer uma distinção, proposta por Burge (2005) entre compreensão linguística e entendimento linguístico. A primeira diz respeito à compreensão automática, imediata, que os falantes de uma língua materna necessariamente possuem. É o conhecimento que João tem de sua língua materna, o Português. A segunda corresponde ao conhecimento mediado, ao conhecimento consciente que os falantes possuem a respeito de uma língua. Ou seja, corresponde a juízos mediados pelo conhecimento consciente de uma falante. É o conhecimento que João, enquanto tradutor, possui da língua inglesa, por exemplo. Por mais proficiente que João venha a se tornar, seu entendimento da língua inglesa não será convertido em entendimento linguístico espontâneo do inglês.

Além disso, como afirma Nagel (1969), apesar de não podermos conhecer conscientemente quais as regras de construção das sentenças presentes em nossa língua materna, não se segue que não possuamos conhecimento da linguagem. Podemos dizer, argumenta Nagel, que um ciclista não entende conscientemente todos os mecanismos físicos envolvidos na sua atividade, mas isso não significa que ele não saiba usar esse conhecimento. Parece então ser apropriado dizer que identificamos regras, embora não necessariamente as conheçamos. Mais adiante voltaremos a esse ponto.

Podemos dizer que, tanto a teoria do conhecimento linguístico criticada por Sainsbury, como a alternativa por ele proposta, pressupõe um mesmo gênero de concepção das línguas naturais, chamada por Smith (2006a) e Chomsky (1980) de língua-E, ou concepção da língua como objeto externo. Na versão criticada por Sainsbury, as línguas naturais são concebidas como objetos abstratos, platônicos; na versão social defendida por Sainsbury, as línguas naturais são subprodutos das práticas sociais. Smith explica que o problema central dessas teorias é que, em ambas, a língua natural é concebida como independente dos falantes individuais: na versão platônica, as línguas possuem propriedades abstratas cuja existência independente da cognição humana; na versão social, existem normas convencionais que governam as aplicações particulares, instâncias particulares de usos, que por sua vez ocorrem em contextos particulares. Parece-nos verdadeiro, porém trivial, que o contexto linguístico é um fator a ser analisado no estudo da língua. Admitido esse ponto, no entanto, o escopo da análise aumenta consideravelmente. Como surge a cadeia transmissão de transmissão linguística? O que possibilita aos membros a converter uma sequência de sons como parte da linguagem pública? O que dá ao indivíduo acesso à língua pública? O que é exatamente ‘partilhado’ entre os membros da comunidade? Que mecanismo possibilita a um membro da comunidade a ingressar nas práticas? Que tipo de ‘saber fazer’ o membro adquire? Diante de problemas de ordem aparentemente tão diversa, é de se esperar que a teoria da imersão

pudesse oferecer conceitos mais fecundos ou sistemáticos do que aqueles que pretende criticar. Parece-nos, todavia, que não é possível responder a nenhuma dessas perguntas apelando ao conceito de ‘práticas sociais’. Podemos pois nos questionar a respeito do valor explanatório da teoria da imersão, pois adotá-la certamente implicará na proliferação de mecanismos explicativos. Além disso, não nos parece que o apelo à noção de atenção partilhada, proposta por Sainsbury, possa responder satisfatoriamente a esses problemas, pois a atenção partilhada entre locutor e interlocutor deve pressupor que algo é partilhado em sua relação interativa, ou melhor, que a atenção seletiva do falante deve voltar-se a certo conjunto de estímulos, no caso, certas sequências arbitrárias de sons que serão interpretadas, ou melhor, tomadas como sentenças de uma língua. Como explicar essa habilidade, ou melhor, capacidade, do falante?

Nossa hipótese é que a compreensão lingüística depende, necessariamente, de algum tipo de conhecimento disposicional, i.e. Um conjunto de características cognitivas, padrões de processamento, que podem ser enriquecidos ou empobrecidos, mas que em mas são estáveis na mente humana. Em geral, nas teorias gerativas, admite-se que os falantes possuem uma teoria sintática e/ou semântica internalizada, ou que sabem princípios e parâmetros de uma Gramática universal. Essa é uma disputa sobre a qual não podemos arbitrar. Não obstante, parece-nos razoável supor que inputs lingüísticos são processados segundo certos padrões. Para esclarecer essa noção, usaremos aqui uma distinção adotada na literatura psicolingüística² sobre as etapas envolvidas no processamento lingüístico:

(M0) Momento reflexo: processos mentais que ocorrem antes da integração/articulação consciente dos níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico;

(M1) Momento reflexivo: interpretação das frases e enunciados depois de transcorridos os níveis lingüísticos foram de integrados.

Admitida essa distinção, é razoável supor que existe algum tipo de conhecimento disposicional internalizado pelos falantes, que permite que eles articulem diferentes os níveis oferecidos pelos inputs lingüísticos. É esse dispositivo que nos permite reconhecer que ‘Maria dolmeia constantemente’ é uma sentença, embora não saibamos o que ela signifique. É esse dispositivo estável que nos possibilita refletir sobre essa sentença e especular que o termo

² Derwing, B. L. e De Almeida, R. G. (2005)

‘dolmeia’ é, provavelmente, um verbo. Ou seja, como dissemos antes, identificamos uma regra, ou melhor, certas relações estruturais, embora não necessariamente a identifiquemos conscientemente. Admitido esse ponto, podemos manter o esquema (1), pois o ‘conhecimento das palavras’ ou melhor, o processamento dos inputs lingüísticos, ocorre no momento (M0) e, esse processamento depende do conhecimento lingüístico do falante, entendido como conhecimento disposicional. Sem esse processo, a interpretação de uma asserção não é possível. Existe, evidentemente, interação entre M0 e M1, mas não significa que exista competição entre eles, ou que um nível ‘anule’ o outro.

Nossa resposta as críticas de Sainsbury pode ser formulada nos seguintes termos: não existe uma língua como um sistema ou dado externo à cognição humana. Melhor dizendo, (P2) pode ser respondido como: não existe relação entre falantes e entidades abstratas exteriores a eles. Não obstante, existe conhecimento da linguagem, entendido como uma propriedade cognitiva, internalizada na mente dos falantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na seção 2 expusemos as críticas de Sainsbury e sua a tese da imersão lingüística. Na seção 3, apresentamos uma alternativa não considerada por Sainsbury, mas que nos parece relevante, uma alternativa que fornece uma perspectiva de investigação a respeito do problema central acerca do conhecimento da linguagem. Nossa tese central, como vimos, é que o conhecimento da linguagem é, não uma relação entre falantes e um sistema abstrato externo, mas uma propriedade presente na mente dos falantes.

O problema sobre o conhecimento da linguagem parece-nos fundamental para compreender as disputas teóricas presentes em Filosofia da Linguagem. No mais recente debate em Filosofia da Linguagem temos uma nova edição da disputa, mencionada na seção 2, entre abordagens formais e abordagens pragmáticas. De um lado da disputa temos os minimalistas semânticos (Ernest Lepore, Jason Stanley, Herman Cappelen, etc.) que, grosso modo, defendem que a tradição semântico-formal da filosofia da linguagem está essencialmente correta mas que carece tão somente de alguns ajustes pontuais, periféricos. Do outro lado, temos os contextualistas (François Recanati, Julius Moravcsik, Hilary Putnam etc.), segundo os quais a maioria das enunciações em linguagem natural (segundo algumas versões, todas) sofrem a influência de processos pragmáticos que não só afetam, como

determinam o conteúdo enunciativo de qualquer sentença. Segundo as versões contextualistas mais radicais, é impossível tentar reduzir os fenômenos de independência contextual a paráfrases lógicas isto é, as paráfrases lógicas não serão semanticamente equivalentes às suas versões em linguagem natural. Em suma, o minimalismo propõe uma reforma da lógica formal para a representação semântica das linguagens naturais, enquanto o contextualismo propõem uma mudança radical em relação à semântica formal (seja uma versão clássica ou uma versão não clássica). Os minimalistas sustentam que, em última instância, as sentenças da linguagem natural possuem propriedades características que só são identificáveis ao se inspecionar sua forma lógica.

Um dos obstáculos enfrentados na análise e avaliação dessas teorias é que a disputa, muitas vezes, resume-se ao embate entre intuições e a reafirmação intransigente, por ambas as partes, dessas intuições. Apesar das divergências, esse debate é circundado por um referencial teórico, ou melhor, contextualistas e minimalistas partilham um mesmo pressuposto: dada uma sentença S, em linguagem natural, é necessário ‘revelar’ a proposição p expressa por S. Como afirma Smith (2007), a divergência diz respeito em que consiste a proposição p e por meio de qual mecanismo ela é evidenciada: segundo o contextualismo, o que é dito por meio de S corresponde a uma versão contextualmente enriquecida do conteúdo semântico da sentença; segundo o minimalismo, existe uma forma lógica subjacente a S, que compõe uma proposição mínima independente do contexto. Mas será razoável subscrever esse pressuposto? cremos que não, pois parece certo supor que aquilo que dizemos por meio de S está vinculado às palavras que usamos, mas não isso não significa que o que afirmamos corresponda a uma tradução de S. Desse modo, a tese (1) parece um ponto de partida, uma vez admitidas as especificações apresentadas neste artigo. Se o conhecimento da linguagem é, como argumentamos, um componente disposicional que subjaz aos fenômenos lingüísticos (embora não seja possível reduzir esses fenômenos a este componente), parece ser indispensável uma teoria que explique, de maneira precisa, a forma que esse conhecimento assume. Nesse sentido, o emprego de linguagens formais pode ser assumido como a aplicação de uma metalinguagem técnica necessária para elaborar, comparar e contrastar teorias que versam sobre esse tipo de conhecimento. Para fazê-lo, é necessário recuar ante aquilo que é assumido por ambas as partes no debate entre minimalismo e contextualismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. G. de. *What do category-specific semantic deficits tell us about the representation of lexical concepts?* *Brain and Language*, 68, pp. 241-248, 1999.

BURGE, C. *Truth, Thought, Reason: Essays on Frege*. Oxford University Press, 2005.

CHOMSKY, N. *Rules and Representations*. New York: Columbia University Press, 1980.

CRESSWELL L. M. *Logics and Languages*. London: Methuen, 1973.

DERWING, B. L. & De Almeida, R. G. In; *Métodos experimentais em lingüística*. In M. Maia & I. Finger (Eds.). *Processamento da Linguagem*, pp. 401-442. Pelotas, Educat, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 1994.

NAGEL, T. *Linguistics and Epistemology, Language and Philosophy*. Ed. Sidney Hook. New York University Press, New York, pp.171-182, 1969.

RECANATI, F. *The pragmatics of what is said, Mind and Language*. 4, pp. 295-329, 1989.

SAINSBURY, R.M. *Logical Forms: An Introduction to Philosophical Logic*. Oxford: Blackwell, 2006a.

_____. *Understanding as Immersion: Philosophical Issues*, 6, p. 246-262, 2006b.

SMITH, B. *What I Know When I Know a Language*. *The Oxford Handbook of Philosophy of Language*. Oxford University Press p. 941-983, 2006a.

_____. *Why we still Need Knowledge of Language*. *Croatian Journal of Philosophy*, vol. VI, n° 18. p.431-457, 2006b.

_____. *What we mean, what we think we mean, and how language can surprise us*. Soria, Belen and Romero, Esther (eds.) *Explicit Communication: Robyn Carston's Pragmatics*. Palgrave Studies in Pragmatics, pp. 200-220, 2007.

STICH, S. *What Every Speaker Knows*. *Philosophical Review*, 80. p. 476-96, 1971.

TAYLOR, C. *Philosophical Papers: Volume 1, Human Agency and Language*. Cambridge University Press, 1985.